



C.C:

Exmo(a) Sr(a)
CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa Referência:
S/1918/2024

Data:
09/07/2024

Assunto: Convite Apresentação de Propostas

Nos termos da alínea d) do art.º 20 conjugado com o artigo 115.º ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, na sua atual redação, doravante CCP, convida-se essa empresa a apresentar proposta para **“Aluguer, transporte, montagem e desmontagem de Tenda Restauração”** no âmbito da XLI Ficabeira - Feira industrial, Comercial e Agrícola da Beira Serra e Feira do Mont'Alto" que decorrerá de 5 a 8 de setembro 2024 .

1 – Entidade adjudicante:

A Entidade Adjudicante é o Município de Arganil, com sede na Praça Simões, 3350-954, Arganil, Tel: 235200150, Fax:235200158, E-mail: geral@cm-arganil.pt.

2 – Decisão de contratar:

O órgão que tomou a decisão de contratar foi o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arganil, no uso de competência própria que lhe é conferida pelo disposto nas alíneas f) e g) do n.º1 do art.º 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do n.º1 do art.º 18.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ainda vigente, por força da Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011 de 30 de março, e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, na sua atual redação.

3 – Documentos que instruem a proposta:

Os documentos que constituem a proposta são os seguintes, os quais são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa:

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao Decreto-Lei n.º 18/08, de 29 de janeiro, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, da qual se anexa cópia;

- Documento que, contenha os **atributos** (elementos ou características) da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
- Documento que, contenha os **termos ou condições** relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule;
- Certidão do registo comercial da empresa ou o seu código de acesso online;
- Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º.

A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente na referida declaração.

4 – Prazo e modo para apresentação das propostas:

1. O concorrente manifesta à entidade adjudicante, na proposta, a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. O preço total proposto deverá ser expresso em euros, por extenso e algarismos, o qual não deverá incluir o valor do IVA, devendo o concorrente referir que aquele acresce o IVA e a taxa aplicável.
3. A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser na plataforma eletrónica ACINGOV, nos seguintes termos:

a) Prazo para apresentação das propostas: Até às **23h59 do 5.º dia após envio do convite**;

b) Prazo de manutenção das propostas: 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas;

c) A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, por quem tem poderes para obrigar a empresa. O concorrente que não disponha de um certificado de assinatura eletrónica referida no número anterior, quando efetua o seu registo como fornecedor do estado, deve em simultâneo solicitar a emissão de um certificado de assinatura eletrónica qualificada emitida por uma entidade certificada pelo CEGER.

5 - A proposta deve incluir os seguintes elementos:

- a) O Preço total, com a indicação expressa da não inclusão do IVA e que ao mesmo acresce aquele imposto à taxa legal em vigor;
- b) Prazo de validade da proposta (mínimo: 66 dias);

6 – Valor e modo de prestação da caução

Não é exigível a prestação de caução nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 88 do C.C.P. aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

7 – Prazo de validade da proposta

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta pelo prazo mínimo de 66 dias contados da data do termo fixado para a

apresentação das propostas, de acordo com o disposto no art.º 65 do C.C.P.

8 – Documentos de Habilitação

O Concorrente adjudicatário, deverá, no prazo de **3 dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos do disposto nos art.ºs 81.º a 83.º do CCP, sendo de 1 dia o prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** cuja minuta se anexa às peças do presente procedimento;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Registo do beneficiário efetivo.

Em tudo o omissso aplica-se as normas previstas no C.C.P. aprovado pelo Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Com os melhores cumprimentos,